

“QUEM FICA COM OS GATOS... VOCÊ OU EU?” ANÁLISE SOBRE A GUARDA E O DIREITO DE VISITA. QUESTÕES RELATIVAS AOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO APÓS O DIVÓRCIO OU A SEPARAÇÃO

(Who gets the cats...you or me? Analysing contact
and residence issues regarding pets upon divorce or
separation)

*Mills Eithne**, *Kreith Akers***

RESUMO: O presente artigo trata da questão da guarda de animais domésticos nos processos de divórcio, por meio de dados estatísticos da Austrália, Canadá e Estados Unidos, ressaltando-se a importância de conceder ao cônjuge que não tem a custódia do animal o direito de visita após a separação. Destaca-se que a guarda significa o dever do responsável de prover diariamente abrigo, alimentação, exercício físico, controle da saúde, etc, do animal de estimação. Este não deve ser considerado como um bem particular, mas sim como membro da família e, inclusive, se durante qualquer litígio que envolver a separação, houver motivos razoáveis para pensar que o interesse do animal de estimação será contrariado, o mesmo deverá ser representado legalmente para garantir seus direitos, sendo considerado como detentor de uma personalidade jurídica qualificada.

* Procurador da Corte Suprema de Victoria, Professor na Faculdade de Direito da Universidade Deakin.

** BA (Monash); Alaa. Assistente de Pesquisa, Monash University Faculdade de Direito e Departamento de Direito Empresarial e Tributário.

PALAVRAS-CHAVE: animais domésticos, divórcio, guarda, interesse, personalidade jurídica.

ABSTRACT: This article board the issue of pet custody in divorce proceedings, considering statistical data from Australia, Canada and the United States, emphasizing the importance of giving to a spouse who has custody of the animal the right to visit the animal after the separation. It is noteworthy that the animal care means the duty of the daily responsibility of providing shelter, food, exercise, health management, etc. This should not be regarded as a private good, but as a member of the family, and even if, during any dispute involving the separation, there are reasonable grounds for believing that the interest of the pet will be upset, it should be legally represented to guarantee their rights, being considered as having a qualified legal personality.

KEYWORDS: pets, divorce, custody, interest, legal personality.

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 Incidência de Donos de animais de estimação e a necessidade das pessoas de ter animais domésticos. 3 Posse e direitos legais sobre animais de estimação e domésticos. 3.1 Definição de Animais Domésticos. 3.2 Animais de Estimação como bens pessoais. 3.3 Animais de Estimação como bens pessoais. 3.4 Título do animal de estimação. 3.5 Propriedade do animal de estimação. 4 Motivos para os implícitos direito de visita e a guarda em relação aos animais domésticos. 4.1 Sempre que exista um acordo de separação prévia. 4.1.1 Casais de fato e uniões estáveis. 4.1.2 Casais casados. 4.2 Quando não existe um acordo de separação prévio. 5 Posse do animal de estimação. 6 Bem estar do animal. 7 Melhor Interesse da PET. 8 Melhor Interesse do Parceiro Humano. 9 Deficiências na presente lei e Possíveis Soluções. 9.1 Tratar animais domésticos como bens móveis ou como propriedade pessoal. 9.2 Animais domésticos com a sua própria Personalidade Jurídica. 9.3 direito à representação legal e Advocacia. 9.4 Melhores interesses do animal de estimação ou Melhor Interesse dos divorciados ou casais separados. 10 Conclusão.

1. Introdução

Embora não haja dados disponíveis sobre o número exato de casais divorciados que também são proprietários de animais de estimação, não se estaria ampliando, desordenadamente, a imaginação ao se desenhar uma correlação entre a posse do animal de estimação na comunidade em geral e os casais divorciados. Em outras palavras, se 64% das famílias possuem animais de estimação, então a questão da guarda destes animais de estimação deve surgir em um número significativo de relacionamentos dissolvidos. Dado o contexto referido, não é difícil imaginar as dolorosas disputas que podem ocorrer sobre os implícitos direitos de visita e de guarda sobre estes animais, quando ocorre ruptura irremediável entre os proprietários de um animal de estimação ou animais de estimação particulares.

Os tribunais, no entanto, nem sempre lidaram com essas disputas, a contento de todos os envolvidos, incluindo os animais de estimação. Defendemos que esta situação insatisfatória é em parte devido às contradições que os tribunais criaram para eles mesmos, por um lado, classificando os animais de estimação como bens pessoais, mas por outro lado, tratando os animais de estimação como seres humanos, especialmente como crianças, quando se pronunciam sobre os implícitos direitos de visita (acesso) e de guarda(residência) em relação a esses animais durante o divórcio ou no processo de separação. Este problema poderia ser diminuído se animais recebessem direitos legais similares aos de crianças durante o processo de divórcio e separação. Este artigo descreve a incidência estatística dos donos de animais de estimação e a necessidade das pessoas de animais domésticos, discute os direitos de posse ou de propriedade dos direitos de animais domésticos, define os critérios utilizados pelos tribunais quando se pronuncia sobre os direitos implícitos de visita¹ e os direitos de guarda sobre animais domésticos diante de uma ruptura irremediável entre os “donos” dos animais do-

mésticos, e destaca tanto as deficiências da legislação existente e as possibilidades de superação dessas deficiências.

No contexto deste artigo, o contato significa que o parceiro ou cônjuge que não tem a custódia do animal tenha direito de visitar ou ter acesso ao animal de estimação ou animais de estimação depois que o casal tiver se separado judicialmente ou se divorciado. Além disso, a guarda significa a responsabilidade legal ou direito de um dos parceiros separados de ter a custódia ou diariamente prover abrigo, alimentação, exercício físico, controle da saúde, etc, do animal de estimação da família após a separação dos sócios. Este artigo é essencialmente limitada a jurisdições da Austrália, Canadá e Estados Unidos, embora ocasional referência será feita para os casos ingleses para as definições de *Common Law*.

2. Incidência de Donos de animais de estimação e a necessidade das pessoas de ter animais domésticos.

A Austrália possui a maior incidência da posse do animal de estimação no mundo, com 4 milhões de cães e 2,6 milhões de gatos mantidos como animais de estimação.² Nos Estados Unidos, foi recentemente estimado que há 68 milhões donos de cães e 73 milhões donos de gatos,³ enquanto que no Canadá foi alegado recentemente que existem 3,5 milhões de cães e 4,3 milhões de gatos.⁴ Mais de 83% dos australianos tiveram um animal de estimação em algum momento de suas vidas e refletiram sobre ser proprietário de animal de estimação sob uma perspectiva muito positiva.⁵ Dos proprietários de animal de estimação, 91% relatam que sentem-se “muito perto” de seu animal de estimação, o que reforça a idéia de que animais de estimação são um membro integrante da família, porém, a família deve ser constituída.⁶ Estas estatísticas não são surpreendentes, já que a literatura sociológica e científica afirma que os seres humanos partilham duradouras, intensas e profundas relações emocionais com os

seus animais de estimação.⁷ Animais podem ser chamados, nutridos e tratados como filhos, irmãos ou melhores amigos. Na verdade, não é incomum que animais de estimação passem a ser vistos como um membro da família ao invés de algo a ser possuído.⁸

Em geral, parece que o apego aos animais de estimação é mais elevado entre aqueles que estão sozinhos ou estão passando por tempos de mudança em suas vidas. Albert e Bulcroft concluíram que a adoção de animais de estimação foi particularmente importante entre os divorciados, os não casados e as pessoas viúvas, casais sem filhos, recém-casados. Como os animais de estimação dão e recebem afeto, podem ser substitutos emocionais e contribuir para manter a motivação quando as pessoas estão sozinhas ou estão atravessando períodos difíceis de transição.⁹ Quase 50% dos domicílios australianos, atualmente, contêm apenas uma ou duas pessoas, com cerca de 30% com um único adulto - com ou sem filhos.¹⁰ A situação foi semelhante no Canadá, em que, segundo o Censo 1996, cerca de 25% das casas continha apenas uma pessoa e quase 32% dos domicílios continha apenas duas pessoas.¹¹ Em 2001, a situação foi semelhante nos Estados Unidos, com um pouco mais de um quarto dos domicílios com apenas uma pessoa¹² em parte, pelo menos, esse isolamento físico e social surgiu como resultado do aumento da taxa de divórcio na Austrália. "Para cada dois casamentos na Austrália há um divórcio,"¹³ e a posição dos Estados Unidos é muito semelhante, com a taxa de casamento por 1.000, em setembro de 2001, em 8,5, enquanto a taxa de divórcio foi de 4.¹⁴ No Canadá no final de 2001,¹⁵ da população com mais de quinze anos de idade, 47,3% eram casados e quase 5% eram divorciados. A posição dos Estados Unidos foi ainda mais extrema, com quase 53% da população com mais de quinze anos casados e 9,3% de divorciados.¹⁶

3. Posse e direitos legais sobre animais de estimação e domésticos

3.1. Definição de Animais Domésticos

No direito comum, animais domésticos ou de estimação são geralmente espécies não humanas, animais mansos, que não existem em liberdade¹⁷ ou na selva e geralmente estão acostumados a viver em torno de seres humanos.¹⁸ Em vários estatutos, animais domésticos¹⁹ tem sido definidos de diversas formas como animais em cativeiro,²⁰ suficientemente domesticados para servir a algum propósito para o homem, como gatos,²¹ cães,²² cavalos²³ e ovelhas.²⁴ Em Kansas, a animal doméstico tem sido definida por lei como “um animal domesticado, que é mantido mais por prazer do que por utilidade”²⁵ enquanto ao abrigo da legislação de Vermont, foi definido como “qualquer cão doméstico, gatos e furões, mas o termo deverá incluir tantos outros animais domésticos quanto os que o legislador estabelecer em regra.”²⁶

3.2. Animais de Estimação como bens pessoais

Nos Estados Unidos²⁷, Austrália²⁸ e no Canadá,²⁹ animais domésticos são geralmente classificados como bens pessoais ou como bens móveis. Em alguns dos primeiros casos americanos³⁰ foi decidido que não havia qualquer propriedade sobre cães e gatos considerando ofensas criminosas à propriedade, porque os animais domésticos eram vistos sem nenhum valor econômico.

3.3. Título do animal de estimação

Título do animal de estimação pode ser criado por presente, venda, registro³¹³²³³ com a autoridade pública competente ou,

no caso de um jovem animal de estimação, por comprovante de posse da mãe do jovem.³⁴

3.4. Propriedade do animal de estimação

O proprietário do animal de estimação é geralmente o ser humano que tem o título do animal de estimação.³⁵ O dono do animal de estimação pode, no entanto, ser qualquer pessoa que mantém,³⁶ proteja³⁷ tem o animal sob seu controle³⁸ ou o³⁹ ocupante do local onde o animal é geralmente mantido ou autorizados a permanecer.

3.4.1. Direitos de posse referente aos animais domésticos e de estimação

Alguns argumentam que os direitos de propriedade sobre animais domésticos ou animais são absolutos,⁴⁰ dessa forma o proprietário pode usar e dispor do animal como ele ou ela escolher.⁴¹ Em decorrência desses direitos de propriedade, o proprietário do animal tem o direito de processar para seu ressarcimento, por transgressão ao bem ou outros delitos, se o animal de estimação é roubado, ilegalmente retido ou danificado de alguma maneira por terceiros.⁴²

Outros argumentam, no entanto, que este direito de propriedade é qualificado por cláusulas contratuais,⁴³ acordos de adoção⁴⁴ e os estatutos que tratam de segurança pública, saúde e bem-estar,⁴⁵ em particular os controles que o Estado coloca para os proprietários de animais de estimação, com vista a proteger esses animais de atos cruéis pelo proprietário.

O direito legal de possuir o animal encontra-se com o proprietário,⁴⁶ que levanta a questão da duração desse direito. Para esta medida, que tem sido afirmado que o proprietário do animal mantém a propriedade do animal, mesmo se ele fugir ou se for perdido.⁴⁷ Por outro lado, alguns têm argumentado que

aquele que achar o animal perdido deve se tornar o novo proprietário do animal de estimação se puder demonstrar que ele ou ela cuidou bem do animal por algum tempo desde que o encontrou perdido ou extraviado.⁴⁸

4. Motivos para os implícitos direito de visita e a guarda em relação aos animais domésticos

4.1. Sempre que exista um acordo de separação prévia

4.1.1. Casais de fato e uniões estáveis

Segundo a legislação do estado australiano,⁴⁹ uniões de fato podem entrar em acordos especiais em que ambas as partes acordem sobre a forma como os seus bens serão distribuídos, se e quando, eventualmente, terminar seu relacionamento. A terminologia utilizada para descrever esses acordos especiais varia⁵⁰ de estado para estado, mas por causa do nosso trabalho, nos referiremos a eles como “os acordos de separação”. Tribunais têm competência para aplicar esses acordos de separação, para alterá-los, ou retirá-los quando esses acordos dão origem a qualquer injustiça grave,⁵¹ ou forem impraticáveis,⁵² expulsão da jurisdição do Tribunal, mudança das circunstâncias desde quando o acordo⁵³ foi formado,⁵⁴ ou se padece de outros fatores relativos aos contratos têm ocorrido, tais, como fraude ou coação.⁵⁵ Embora acordos de separação possam lidar com as responsabilidades futuras para as crianças da relação ou para crianças de um só deles⁵⁶ nada em tais acordos podem afetar o poder do tribunal de proferir uma decisão sobre a visita e/ou guarda das crianças.⁵⁷

Determinados estados nos Estados Unidos, como Minnesota,⁵⁸ tem disposições legais que permitem o reconhecimento legal dos acordos de separação em relação a propriedades pessoais ou

reais entre casais de fato. Desde o californiano caso, divisor de águas, Marvin contra Marvin,⁵⁹ todos os tribunais dos Estados Unidos, exceto três estados (Georgia, Illinois e Louisiana), tem reconhecido os direitos de propriedade em acordos coabitação sob a forma de acordos explícitos ou implícitos, ou emendas equiparáveis, tais como o julgamento do mérito, o enriquecimento sem causa ou confianças construídas ou resultante.⁶⁰ Minnesota, Texas, Florida, Dakota do Norte exigem que os parceiros não casados registrem, por escrito, seus acordos para a distribuição da propriedade, antes dos tribunais obrigarem a aplicação de tais acordos.⁶¹ Algumas províncias do Canadá⁶² também reconhecer os acordos de coabitação e acordos de separação⁶³ entre os parceiros não casados que estabelecem regras para a distribuição ou a divisão dos bens do relacionamento após a separação ou a morte de um dos parceiros.

4.1.2. *Casais casados*

No âmbito da lei federal australiana, Ato da Família 1975, seções 90B, 90C, 90D, os tribunais também reconhecem o mesmo tipo de acordos de separação envolvendo os legalmente casados. Sob as seções 90K e 90KA do mesmo ato, o tribunal tem o poder de aceitar parcialmente ou anular acordos de separação envolvendo propriedade ou finanças dos legalmente casados por motivos tais como fraude, impraticabilidade, e assim por diante.

Nos Estados Unidos, há uma disposição no ato do acordo pré-nupcial uniforme⁶⁴ para o reconhecimento legal de acordos pré-conjugais envolvendo o regime de propriedades pessoais e reais, onde o acordo foi feito pelos cônjuges futuros com vistas no casamento. Além disso, a maioria dos estados permite que as partes possam entrar em acordos de separação para resolver questões de propriedade e de custódia. Se o acordo é aprovado e/ou incorporado no decreto, as disposições relativas à proprie-

dade são definitivas, mas as disposições relativas às crianças são sujeitas a modificações de acordo com os melhores interesses da criança.

Os tribunais e a legislação provincial Canadenses reconhecem acordos de separação⁶⁵ pelo que os cônjuges em separação concordam em dividir seus bens conjugais e tomar providências sobre a guarda de seus filhos. No entanto, os tribunais vão intervir nestes acordos se eles, de alguma forma, são vistos como contra os melhores interesses da criança.⁶⁶

Estes acordos de separação são relevantes para nossa discussão em que assim como animais domésticos são classificadas em lei como propriedade pessoal ou bens móveis (1), acordos de separação pode conter cláusulas que estabelecem como a propriedade pessoal do relacionamento será distribuída após a separação dos casais de fato ou de pessoas casadas (2), os arranjos podem ser feitos no acordo escrito de separação com relação à distribuição de animais como propriedade pessoal, e (3) estes acordos de distribuição terá o efeito de serem acordos sobre o implícito direito de visita e guarda dos animais domésticos pertencentes a esses parceiros após a dissolução do casamento ou cessação da relação de fato.

Um caso recente na Pensilvânia tratou de um acordo sobre um cão. O tribunal considerou que os termos estabelecidos no acordo entre marido e esposa separados, que pretendiam ser um acordo de propriedade, foram nulos na medida em que eles tentaram conceder a visitação ou custódia compartilhada do casal do cão, que era um bem pessoal. No entanto, o acordo em questão, explicitamente concedia o cachorro à mulher e o Tribunal de Justiça confirmou o acordo.⁶⁷

Se, no entanto, a lei já legalmente classificou animais domésticos como sendo analogamente à classificação dada às crianças de qualquer relação de fato ou casamento, os parceiros ainda seriam capazes de incluir contrato expresso e regime de residência a respeito de seus animais de estimação em tais acordos. No entanto, eles seriam muito menos livres para usar acordos

de separação para organizar seus próprios direitos de visita e de guarda referente aos animais domésticos, porque o tribunal pode proferir despachos sobre a visita e a guarda em relação às crianças, apesar do que (em casos raros) podem existir em qualquer acordo de separação prévia.⁶⁸

4.2. Quando não existe um acordo de separação prévio

Quando não há acordo prévio ou acordo entre os dois parceiros, o que deve ser feito em relação à visita e à guarda de seus animais de estimação após a separação de sua parceria, duas questões precisam ser respondidas. Em primeiro lugar, deve tribuna de família envolver-se nessas questões e, se deve, em segundo lugar, que critérios devem ser utilizados para resolver essas questões sobre visita e guarda. Quanto à possibilidade de que os tribunais de família devem se envolver nas disputas sobre animais de estimação da família, a resposta é sim, quer como propriedade ou como uma analogia para as crianças.

No caso da Florida Bennett contra Bennett,⁶⁹ os animais foram classificados como bens pessoais. Portanto, o tribunal não encontrou autoridade para um tribunal conceder direitos de visita ou de guarda em relação à tais bens pessoais. Outros tribunais americanos, no entanto, tem tomado uma posição contrária através da concessão de tais direitos aos parceiros em separação, em relação aos animais domésticos.⁷⁰

Se as partes não forem casadas, tribunais de família só podem ser envolvidos em contato e disputas residência envolvendo seus animais de estimação, se estes animais são classificados como crianças. A competência jurisdicional do tribunal de família, no entanto, abrange tais litígios entre as partes casadas, independentemente de seus animais de estimação serem categorizados como filhos ou propriedade.

5. Posse do animal de estimação

Geralmente, se o tribunal vai classificar o animal de estimação como propriedade pessoal, em muitos estados, o problema torna-se se o animal é de propriedade conjugal ou do parceiro separado. Se o animal é de propriedade independente, ele vai para o proprietário.⁷¹ Se o animal é de propriedade do casal, o tribunal pode determinar a quem atribuir o animal de estimação.

No caso *Akers contra Sellers*⁷², o Tribunal de Apelações da Indiana determinou que “não há nenhuma razão explícita para que a posse não deva acompanhar a propriedade”.⁷³ Portanto, a residência do animal em questão, um bull terrier, foi adjudicado à mulher como sendo o proprietário do animal porque o marido tinha dado o cão a ela de presente. O tribunal, entretanto, sugeriu que esta abordagem muito legalista não poderia ter sido seguida, se o cão não tivesse uma afinidade com a proprietária. O juiz se refere à brutal e insensível base “do título legal”, como possíveis motivos para a concessão de guarda ou direitos de visita.⁷⁴ Em um caso em Iowa, o tribunal considerou que, mesmo que o marido tivesse dado o cão para a mulher no Natal, o cão ficou com o marido na separação e acompanhou-o a trabalhar assim que o cão foi atribuído ao marido.⁷⁵

O tribunal de *Rogers contra Rogers*,⁷⁶ no entanto, chegou à conclusão oposta à dada para o caso *Akers*. O tribunal decidiu que a posse do animal antes do casamento foi sem grande importância na decisão sobre o direito de visita e a guarda em relação à animal de estimação em questão. Se houver mais de um animal de estimação, o tribunal pode tentar resolver o problema dando um animal de estimação a um e um outro animal para o outro.⁷⁷

6. Bem estar do animal

Este critério é muito amplo, mas dentro de sua rubrica existem critérios mais específicos, tais como prevenção de qualquer

efeito adverso sobre o cuidado com o animal de estimação⁷⁸ ou qual parte pode melhor cuidar do animal. Isto inclui considerações sobre as condições de vida do animal de estimação, tais⁷⁹ como com que frequência o animal sairia para a caminhada, quaisquer conflitos que possam surgir com outros animais domésticos e crianças devido ao novo domicílio do cão após o divórcio do parceiro,⁸⁰ e tratamento humanitário dos animais de estimação com todo o cuidado e atenção às suas necessidades, a mostra de afeição para com os animais de estimação e tantos outros assuntos.⁸¹

7. Melhor Interesse da PET

Diversos tribunais têm considerado ou mencionadas este critério, mas nenhuma corte realmente especificamente o invocou.⁸² Na prática, este critério é muito semelhante ao do “bem-estar do animal”. Este critério tem particular relevância, no entanto, porque é o padrão utilizado em relação ao direito de visita e o direito à guarda das crianças durante o processo de divórcio ou separação. Embora um tribunal do Texas rejeitou expressamente a prova do melhor interesse, dizendo, “os cães envolvidos em casos de divórcio são mais afortunados do que as crianças em casos de divórcio - não devem ser tratados como seres humanos. Esse critério foi criado para o benefício de crianças humanas, e não caninas,⁸³ o tribunal atribuiu o cachorro para a esposa, mas deu o direito de visitação ao marido. Na prática, o tribunal pode decidir contra a atribuição de direitos de visitação, porque é impraticável fazê-lo sob certas circunstâncias.⁸⁴

8. Melhor Interesse do Parceiro Humano

Houve casos em que o tribunal tem considerado o efeito psicológico adverso em consequência do parceiro, que não tem a guarda, não ter o direito a visitas freqüentes e regulares ao ama-

do animal de estimação da família em razão do divórcio.⁸⁵ Além disso, não diferente de muitas separações amargas envolvendo crianças, a recusa do direito de visita ou de guarda em relação ao animal de estimação da família pode ser usada por uma parte que se separa para contrariar a outra parte rival.⁸⁶ Ironicamente, porém, o tribunal tem usado também o potencial do direito de visita ao animal de estimação da família como um meio de tentar conciliar as duas partes rivais.⁸⁷

9. Deficiências na presente lei e Possíveis Soluções

Tal como acontece com muitas ordens judiciais em relação às crianças (e animais), seguindo a separação dos casais de fato ou de pessoas casadas, muitas vezes não pode muitas vezes haver uma solução perfeita. A criança (ou neste caso, o animal doméstico) não pode ser cortada em duas metades, com uma metade, a um sócio e a outra metade reservada para o outro parceiro. Existem algumas lacunas na atual legislação australiana, canadense, e americana, no entanto, em relação ao contato com o animal de estimação da família e a sua guarda. Mas talvez essas deficiências possam ser parcialmente superadas por várias soluções discutidas a seguir.

9.1. Tratar animais domésticos como bens móveis ou como propriedade pessoal

Há dois problemas jurisdicionais e morais, como consequência da lei tratar animais domésticos como propriedade pessoal. Provas do problema de competência podem ser vistos no processo Bennett, que concluiu que o tribunal não tinha competência para se pronunciar sobre a visita e guarda de animais domésticos, porque (1) animais domésticos eram propriedade pessoal não pessoas (2) e o poder da Corte de definir a guarda e

de visita, abrange apenas as crianças e não se estende à propriedade pessoal.

Se, no entanto, a lei fosse classificar os animais de estimação da mesma maneira como as crianças para efeitos de visita e da guarda em processos de direito de família, então, na Flórida, assim como na Austrália,⁸⁸ o Tribunal teria competência para expressar⁸⁹ decisões sobre tais assuntos. Pode-se argumentar que, ao continuar a tratar animais domésticos como propriedade pessoal, os tribunais já têm jurisdição sobre os animais de estimação dessa forma o tribunal já pode tomar decisões quanto à distribuição de bens matrimonial. A falha nesse argumento é que o poder do tribunal pode ser limitado à questão da distribuição e não a forma como a “propriedade” pessoal é tratado posteriormente à distribuição.

Favre⁹⁰ sugere que estes problemas de posse de animais como propriedade pessoal e as potencialidades resultantes da degradação do animal de estimação pode ser superada pela aquisição (1) do título jurídico do animal doméstico com o proprietário humano e (2) do título eqüitativo que existe no animal que ele tem consigo próprio como uma forma de auto-propriedade. Outra abordagem sugerida por um tribunal americano de 1979 é para a lei classificar “um animal de estimação não apenas como uma coisa, mas [um sujeito que] ocupa um lugar especial em algum lugar entre uma pessoa e um pedaço de sua propriedade pessoal.”⁹¹

Os problemas filosóficos e morais, neste contexto, surgem principalmente porque crianças e animais domésticos são amados, capazes de amar, muitas vezes inteligentes e capazes de grande sensibilidade. No entanto, a lei não trata as crianças como propriedade pessoal, como o faz com os animais domésticos. Como propriedade pessoal, animais de estimação podem ser legalmente comprados e vendidos no mercado como uma mercadoria e, como consequência, tratados sem respeito e dignidade. Nos séculos anteriores, a lei teve, de fato, alguns seres humanos classificados como bens pessoais que podiam ser

comprados, vendidos e maltratados, sem penalizar os responsáveis.⁹² Em sistemas legais civilizados, entretanto, a lei não mais permite (pelo menos em teoria) que as mesmas indignidades sejam aplicadas sobre os seres humanos, incluindo as crianças.

Kelch⁹³ usando uma, ligeiramente, diferente abordagem filosófica e moral, também argumenta que os animais devem deixar de ser legalmente classificados como bens pessoais. Sua justificativa para este ponto de vista é tríplice (1) a ciência moderna mostra que os pressupostos de fato basilar à legislação atual do *common law* na qual os animais são propriedade pessoal são falhos, (2) a sociedade contemporânea amadureceu a tal ponto que os interesses dos animais de estimação ou dos animais em geral devem ser vistos como compatíveis com os valores da sociedade, e (3) as mudanças recentes na legislação estão evoluindo para a salvaguarda dos interesses dos animais.

Alguns podem argumentar que a qualificação jurídica dos animais de estimação como propriedade pessoal pode ser justificada pelo fato de que os seus proprietários cuidarão deles porque o alto preço pago por animais de estimação de raça e pela propriedade de quaisquer bens cria certas responsabilidades legais sobre o proprietário para assegurar a proteção dessa propriedade. Contra essa justificativa, os autores consideram que (1) ao tratar animais como propriedade privada considera-se animais de estimação como coisas quando elas são de fato seres vivos com as emoções, sentimentos e inteligência, (2) a percepção dos seres vivos como coisas também incentiva os maus tratos dos animais e (3) o bom tratamento dos animais de estimação pode ser melhor alcançada por percebê-los como seres vivos semelhantes às crianças.

Em resumo, nós sentimos que os animais domésticos devem deixar de ser tratados como propriedade privada para o bem dos efeitos, direito a visita e guarda; no direito de família, antes, porém, devem ser tratados da mesma forma que as crianças no processo. Essa mudança deve garantir que o tribunal de família tenha jurisdição sobre as questões de guarda e visita relativas

aos animais de estimação e que no exercício dessa jurisdição os animais estariam mais propensos de serem tratados de forma humana.

9.2. Animais domésticos com a sua própria Personalidade Jurídica

Uma pessoa jurídica pode ser definida como um sujeito que tem direitos⁹⁴, deveres⁹⁵ ou obrigações⁹⁶ que são reconhecidos pela lei.⁹⁷ A pessoa jurídica é uma pessoa artificial, a quem a lei concede existência e personalidade fictícia.⁹⁸ Tal pessoa pode em seu nome ou em nome de sua própria propriedade, contratar, processar⁹⁹ e ser demandada, ou ser tributada ou regulamentada.¹⁰⁰ Derham,¹⁰¹ invocando Kocourek¹⁰² afirma que há uma diferença entre uma pessoa jurídica, personificação jurídica e personalidade jurídica já que a pessoa jurídica é o direito e o dever unidade de comportamento, personificação jurídica é o elemento constante na lógica do sistema jurídico e personalidade jurídica é a soma total das relações jurídicas, reais ou potenciais, da pessoa jurídica. Além disso, Derham diz que a pessoa jurídica é a constante “em função da qual pretensões, deveres, poderes, etc, são estruturados por meio de normas gerais.”¹⁰³

A personalidade jurídica pode ser aplicada a objetos inanimados, como as corporações, para as criaturas inanimadas como as pessoas mortas,¹⁰⁴ para os fetos, os bebês recém-nascidos e crianças jovens, e para a vida das pessoas com inteligência limitada, demência, insanidade ou nenhuma capacidade de se comunicar. Atualmente, no entanto, a lei não reconhece qualquer personalidade jurídica aos animais domésticos. Realmente, Jamieson argumenta que os animais domésticos ou animais em geral não têm qualquer estatuto jurídico.¹⁰⁵ Jamieson chega a esta conclusão comparando os três critérios de Stone para direitos legais com a situação jurídica dos animais:¹⁰⁶ (1) legitimidade para demandar, (2) a necessidade da corte de levar em conta

o prejuízo do sujeito em consideração para determinar se deve ou não conceder a isenção, e (3), a ajuda deve ser executada em benefício do sujeito.¹⁰⁷ Recentes decisões americanas,¹⁰⁸ enquanto não se reconhecem animais domésticos ou animais em geral como tendo direito a processar, como tal, têm de fato ampliado as normas vigentes numa medida que alguns autores argumentam que o reconhecimento judicial de animais não está tão distante.¹⁰⁹ Usando a idéia de direitos em geral, e não apenas aqueles em relação à legitimidade para demandar, Kelch argumenta que os animais têm mesmo direitos legais assim como eles têm interesses, que por sua vez criam direitos, tais como o de cumprir o seu *telos*, para serem livres da dor infligida por humanos, que não sejam para o seu benefício, de estar livre da retenção a menos que seja para a sua proteção, e assim por diante.¹¹⁰

Se a personalidade jurídica é baseada, em parte, em o sujeito ter características sensoriais, intelectuais ou fisiológicas e anatômicas de uma pessoa natural (que é um ser humano), então parece ilógico que a lei não reconheça personalidade jurídica aos vivos e interativos animais domésticos de um lado, e ainda reconheça essa personalidade em objetos inanimados, como as corporações, ou morto ou seres humanos com deficiências graves, de outro. Certamente um animal doméstico como um cão ou gato é muito mais capaz de pensar, sentir e ver que uma empresa ou pessoa morta. Então porque é que esta situação ilógica continua a existir? Alguns argumentam que é devido a uma visão de animais como unidades econômicas ou como objetos para beneficiar os seres humanos¹¹¹ como é o caso da experimentação animal. Outros acham que é devido a uma visão antropocêntrica de que os seres humanos são o centro superior do mundo animal.¹¹² Alguns críticos têm marcado esta forma de discriminação positiva em favor de uma espécie de animal sobre o outro como “especismo”.¹¹³

Para ser justo, talvez haja pelo menos dois argumentos razoáveis contra a lei de concessão de personalidade jurídica de animais domésticos. Em primeiro lugar, como uma das características de uma pessoa jurídica é a capacidade potencial de ser processado¹¹⁴, se o demandante foi com sucesso processar um animal doméstico por dano, um animal normalmente não teria ativos reais, através dos quais pudesse arcar com os danos (uma¹¹⁵ visão economicista da personalidade jurídica). Em segundo lugar, como pessoas jurídicas não têm apenas direitos, mas também têm deveres, eles devem ter a capacidade de cumprir com esses deveres. No caso de animais domésticos, que podem muitas vezes ser incapazes de tal cumprimento, devido aos seus instintos primordiais, falta de inteligência e incapacidade de se comunicar verbalmente (uma visão recíproca¹¹⁶ da personalidade jurídica). Estes dois motivos podem explicar por que a legislação atual em tais situações, reconhece a personalidade jurídica, recaindo sobre o proprietário do animal de estimação e não no próprio animal de estimação. Isso permite que o demandante particular processe o dono do animal de estimação por qualquer dano causado pelo animal, como resultado da falha do proprietário em seu dever de controlar e proteger seu animal de estimação.

Um caminho sensato em torno de qualquer problema legal futuro, em relação à classificar os animais como pessoas de direito, semelhante à dos adultos seres humanos, é para a lei reconhecer uma personalidade jurídica qualificada nos animais domésticos. Esta personalidade jurídica limitada daria aos animais o direito de proteger seus interesses em certas matérias designadas, por exemplo, a visita e os direitos de guarda, em litígios de direito de família, e para assegurar um tratamento humano no processo de bem-estar animal. Esta personalidade jurídica qualificada, no entanto, não se estenderia aos animais de estimação processando outras pessoas de direito para um enorme prejuízo monetário.

9.3 Direito à representação legal e Advocacia

Nos processos de direito de família, onde o melhor interesse da criança ou o seu bem-estar estão em questão, os tribunais podem ordenar que a criança tenha representação jurídica própria.¹¹⁷ Da mesma forma, para pessoas com deficiência mental ou intelectual são permitidos defensores aprovados pelo tribunal (geralmente chamado de tutores, administradores ou “amigos próximos”) para agir em seu interesse¹¹⁸ com relação à saúde, finanças, habitação e questões de estilo de vida em geral. Apesar do fato de que animais domésticos têm características semelhantes às das crianças em processo de divórcio e aos dos seres humanos deficientes cujas escolhas sobre estilo de vida estão sujeitos a considerações no processo de tutela, estes animais não têm direitos semelhantes de representação legal ou defesa. Esta deficiência poderia ser aliviada simplesmente pelo juiz, ordenando que o importante animal doméstico tem representação jurídica, ou de qualquer outra forma própria ou independente de representação, em qualquer processo relacionados ao direito da família onde os interesses do animal de estimação estivessem em jogo. Representantes da Sociedade Real para a Prevenção da Crueldade contra os Animais poderiam atuar como defensores de animais de estimação em tais situações, para garantir que os animais não fossem enviados para instalações inadequadas ou fossem confrontados com um risco real de maus-tratos ou sofrimento.

9.4. Melhores interesses do animal de estimação ou Melhor Interesse dos divorciados ou casais separados

O conceito “melhor interesse” é válido tanto para animais domésticos, quanto para seus “donos”, após a separação ou o divórcio dos proprietários. Ao lidar primeiro com os melhores

interesses dos animais de estimação, talvez o melhor caminho de facilitar tais interesses seja (1) identificar esses critérios dos “melhores interesses da criança” referentes aos direitos de visita e de guarda que podem ser adequados para aplicação em animais domésticos após o divórcio ou a separação de seus “proprietários” e (2), em seguida, aplicar esses critérios aos animais domésticos em situações de visita ou de guarda. Em relação ao ponto (1), imediatamente acima, embora¹¹⁹ os tribunais canadenses e americanos¹²⁰ tenham decidido sobre o significado dos melhores interesses da criança neste contexto específico, por uma questão de exemplificação e brevidade, vamos limitar a discussão a seguir, à posição da Austrália.

Para seguir a metodologia em duas etapas acima, no contexto australiano, os critérios dos “melhores interesses da criança”, no que se refere aos direitos de visita e de guarda, incluem (1) a dificuldade prática e o custo de uma criança ter contato com um dos pais e se essa dificuldade ou despesa irá afetar substancialmente o direito da criança de manter relações pessoais e contatos diretos com ambos os pais em uma base regular;¹²¹ (2) a capacidade de cada um dos pais, ou de qualquer outra pessoa, para suprir as necessidades da criança, incluindo as necessidades emocionais e intelectuais;¹²² (3) a necessidade de proteger a criança contra danos físicos ou psicológicos causados pelo abuso, maus-tratos, violência * 300 ou outros comportamentos;¹²³ e (4) a atitude para a criança e para com as responsabilidades da paternidade.¹²⁴

Ao aplicar estes quatro critérios dos melhores interesses acima para os animais domésticos, referentes aos direitos de visita e de guarda dos animais domésticos, não é difícil imaginar similares problemas de visita e de guarda surgidos com animais domésticos assim como com os filhos do casamento. Por exemplo, se os parceiros se separam e passam para novas residências a muitos quilômetros de distância, vai ser difícil arranjar a visita ao animal de estimação para o parceiro que não detenha a guarda do animal. Da mesma forma, certos animais não podem se

mudar constantemente de residência para residência. Portanto, em alguns casos, não são nos melhores interesses do animal de estimação ser sujeito de acordos de guarda compartilhada. Alguns animais de estimação podem custar muito caro para abrigar e manter, e requerem muito espaço, por isso está dentro dos “melhores interesses” para os animais de estimação que o tribunal considere a situação financeira dos proprietários do animal de estimação, o tamanho relativo de sua moradia e outros fatores. Tribunais, no melhor interesse dos animais de estimação, devem estar cientes de todo o potencial do parceiro que detiver a guarda para maltratar o animal simplesmente para ofender o parceiro que não detém a guarda. Nesse contexto, animais domésticos são novamente um pouco diferentes das crianças do casamento. Os tribunais, a partir do ponto de vista psicológico do animal, devem estar cientes da possibilidade de desgaste do animal, se o tribunal decide que o animal resida permanentemente com o outro parceiro. Um parceiro também pode simplesmente ter uma maior aptidão para ser um bom dono para o animal de estimação do que o outro parceiro; e este fato não deve escapar à atenção do Tribunal de Justiça, quando da atribuição de direitos de guarda.

Os tribunais também precisam abordar a questão sobre quais são os melhores interesses dos donos de animais de estimação a. Tem sido sugerido por algumas jurisprudências¹²⁵ que os proprietários que realmente amam seus animais domésticos são acometidos de grande angústia e problemas psicológicos, se, após a separação ou o divórcio de seus parceiros, não podem, ao menos, visitar seu animal de estimação ou levar o animal de estimação para um passeio. Em tais situações, o tribunal deve, normalmente, decidir para o parceiro que não tem a guarda freqüentes e regulares visitas ao animal de estimação. Este conceito aplica-se aos pais no âmbito da legislação de Direito de Família.

Haverá momentos, no entanto, onde os melhores interesses do animal de estimação e os melhores interesses dos proprie-

tários do animal de estimação serão ambos conflitantes e também impossíveis de cumprir. Um bom exemplo desta situação é quando, ao seguir um divórcio ou uma separação permanente (1), o parceiro que detém a guarda do animal de estimação, se muda, com o animal, para uma nova residência, que é bem distante da casa do parceiro que não possui a guarda (2); se o animal de estimação é do tipo que será severamente afligido pela constante mudança, não é no melhor interesse do animal de estimação ser objeto de um pedido de guarda compartilhada entre os dois proprietários, e (3) embora seja no melhor interesse do parceiro que não possui a guarda ter pelo menos visitas freqüentes e regulares ao animal de estimação, isso pode não ser financeiramente ou logisticamente possível. Em tais situações, os autores consideram que os interesses do animal devem ser observados porque o parceiro que não possui a guarda pode, no mínimo, comprar um novo animal de estimação.

Em resumo, nós sentimos que o tribunal deve fazer o seu melhor para satisfazer os interesses do animal de estimação e dos proprietários do animal de estimação. No entanto, se isso não for possível, os melhores interesses do animal de estimação devem prevalecer sobre o de um dos proprietários, o último está geralmente em uma posição melhor para ter uma solução de ajuda própria.

10. Conclusão

A posição mínima do autor é que, após a separação de casais casados ou casais de fato que têm animais domésticos, o tribunal de família deve (1) não tratar animais domésticos, como bens pessoais, (2) considerar animais domésticos à luz da consideração dada às crianças quando possível, (3) garantir que o bem-estar e melhores interesses de todas as partes, incluindo o animal de estimação, sejam observados, tanto quanto possível, (4) se há um conflito entre os interesses do animal de estimação

e os interesses de um dos donos do animal de estimação, os interesses do animal de estimação devem prevalecer; (5) durante qualquer litígio ou resolução alternativa de conflitos (ADR) que envolve a separação, que o animal tenha um advogado se houver motivos razoáveis para pensar que o interesse do animal de estimação será contrariado; (6) que se o animal está a residir com um dos parceiros do casamento ou da relação de fato, que o animal será bem tratado, exercitado, e a afeição desse parceiro, e (7), o parceiro que não possui a guarda, se ele ou ela deseja, deve ser autorizado a visitas, regulares e freqüentes com o animal de estimação quando possível. Os autores entendem que algumas considerações devem ser concedidas pelos legisladores e pelos tribunais para dotar animais domésticos com pelo menos alguma personalidade jurídica qualificada.

NOTAS

- ¹ O termo “*implícito*” é usado aqui em relação ao contato e à permanência dos direitos, porque, enquanto esses direitos não expressamente existem na lei, o que os tribunais dos EUA e Canadá fazer na verdade, é invocar tais direitos em relação aos animais domésticos durante o divórcio ou separação.
- ² Petnet - Estatísticas de propriedade pet na Austrália-the Facts & Figures. Disponível em: www.petnet.com.au/statistics.html.
- ³ Associação Americana de produtos manufaturados de pet. 2001-2002 *National Pet Owners Survey*. Disponível em: <http://www.hsus.org/ace/11831>.
- ⁴ Mercado, em www.cba.ca/ (citando números estatísticos do Canadá). Estes números podem não ser muito exatos, como Euromonitor estima que em 1996-97 havia 4.600 mil gatos no Canadá.
- ⁵ *Id*
- ⁶ *Id*
- ⁷ Bernard Rollin. *Direitos dos animais e moralidade humana* (1981); STEVEN M. WISE. Chacoalhar a gaiola - em direção a direitos legais para

os animais (2000); Sable Pat. Animais de estimação, Anexo e Bem-Estar no ciclo de vida, 40 (3) TRABALHO SOCIAL 334 (1995); Gail F. Melson, Estudar Anexo infantil para seus animais de estimação : uma revisão conceitual e metodológico 4 ANTHROZOOS 91 (1990).

- ⁸ Alexa Albert e Kris Bulcroft. *Animais, Famílias e Curso de Vida*, 50 J. MARRIAGE & FAM. 543 (1988).
- ⁹ Sable, nota 7, citando Albert & Bulcroft, supra nota 8, 543.
- ¹⁰ MacCallum Research Pty. Ltd. & Hugh Mackay. *Como os australianos se sentem sobre seus Animais de estimação - Um Estudo de nossas atitudes com relação a gato e cão propriedade* (setembro 1992), em www.petnet.com.au/mccallum/index.html.
- ¹¹ Estatísticas Canadá. *Estatísticas canadenses – tamanho do agregado, 1996. Censo*. em: www.statcan.ca/english/Pgdb/People/Families/famil53a.htm
- ¹² EUA Censo. *Estatísticas em Breve-População e Vital Estatísticas- Famílias*. (Abril, 2002), em www.census.gov/statab/www/partl.html.
- ¹³ E. MILLS, FAmLY LAW 49 (Butterworths Tutorial Series 2001), citando JOHN DAVID BIEBER: If Divorce is the only way. 11 (Penguin Books 1998).
- ¹⁴ Divórcios, nascimentos, casamentos e óbitos: Dados provisórios para Setembro de 2001. National Vital Statistical Records, Vol. 50, No. 8 (5/24/2000). Disponível em: www.cdc.gov/nchs/data/nvsr/nvsr50/nvsr50_08.pdf.
- ¹⁵ Estatísticas Canadá. *Estatísticas populacionais canadenses por estado civil e sexo* (23 de agosto de, 2002). Disponível em: www.statcan.ca/english/Pgdb/People/Families/famil01.htm.
- ¹⁶ EUA. Censo: *Relatório da População atual P20-537*, em http://census.gov/population/www/socdemo/lhh-fam/p20-537_00.html, Table A1.
- ¹⁷ Hamps v. Darby, 2 K.B. 311, 321 (C.A. 1948); 1(2) HALSBURY'S Leis da Austrália, tit. 20, para. 20-5 (Sydney: Butterworths, 1999).
- ¹⁸ McQuaker v. Goddard, 1 K.B. 687, 695 (C.A. 1940); HALSBURY'S Leis da Austrália, *id.*
- ¹⁹ Veja Bueckner v Hamel, 886 S.W.2d 368, 372 (Tex. App. 1994) (definindo “animais domésticos”, como “animais que estão habituados a viver em casas ou que contribuem para a sustentação da família”).

- ²⁰ Ato de bem-estar animal. 1992, No. A1992-45, § 4, Ausm. CAP. TERR. LAWS.
- ²¹ Smith v. State Farm, 381 So. 2d 913, 914 (La. Ct. App. 1980).
- ²² Trager v. Thor, 516 N.W.2d 69, 72 (Mich. 1994).
- ²³ Briscoe v. Graybeal, 622 A.2d 805, 807 (Md. Ct. Spec. App. 1993).
- ²⁴ Ato de prevenção à crueldade animal. (1979) § 4(1); Ato de Proteção Animal. 1925 (Qld) § 3; Prevention of Cruelty to Animals Act 1920 (WA) § 3.
- ²⁵ KAN. STAT. ANN. § 21-4313(5) (2001).
- ²⁶ VT. STAT. ANN. tit. 20, § 3541(3) (2001).
- ²⁷ Arrington v. Arrington, 613 S.W.2d 565 (Tex. Civ. App. - Fort Worth, 1981) (no writ); Bennett v. Bennett, 655 So. 2d 109 (Fla. App. 1995); *Ex parte Reeve* [1960] Qd R 143.
- ²⁸ Saltoon v. Lake, [1978] 1 N.S.W.L.R. 52; 1(2) HALSBURY'S Leis da Austrália, para 20-10.
- ²⁹ Rogers v. Rogers, [1980] 5 A.C.W.S. (2d) 178. Akers v. Sellers, 54 N.E.2d 779 (Ind. Ct. App. 1944).
- ³⁰ Id.
- ³¹ Id.
- ³² Vallance v. Naaykens, [2001] 104 A.C.W.S. (3d) 862, para. 7 (B.C. S.C.).
- ³³ Ato de controle de cães. 1975 (ACT) § 37; Ato de manejo de cães e gatos 1995 (SA) § 5; Companion Animals Act 1998 (NSW) § 7(3)-(6).
- ³⁴ Graf v. Lingerell, [1914] 16 D.L.R. 417; Calhoun v. Reid, [1927] 4 D.L.R. 808; HALSBURY'S LAWS OF AUSTRALIA, para. 20-10, n.3
- ³⁵ Akers v. Sellers, 54 N.E.2d 779 (Ind. Ct. App. 1944); Companion Animals Act 1998 (NSW) § 7(1); Ato de manejo de cães e gatos 1995 (SA) § 6; Ato de animais domésticos (selvagens).1994 (Vic) § 3.
- ³⁶ Ato de controle de cães. 1987 (Tas) §§ 4, 54.
- ³⁷ Ato de animais domésticos (selvagens). 1994 (Vic) § 3.
- ³⁸ Ato de manejo de cães e gatos. 1995 (SA) § 6; Ato de animais domésticos (selvagens). 1994 (Vic) § 3; Ato de animais de companhia. 1998 (NSW) § 7(1).

- ³⁹ Ato de animais domésticos (selvagens). 1994 (Vic) § 94(a).
- ⁴⁰ Vallance v. Naaykens, [2001] 104 A.C.W.S. (3d) 862, para. 7 (B.C. S.C.); *Animais, em HALSBURY'S Leis da Austrália*, para 20-10; Cinadr v. State, 300 S.W 64 (Tex. Crim. App. 1927); Steven M. Wise, *A coisidade legal de animais não humanos*, 23 B.C. ENVTL. AFF. L. REV. 471, 538 n.442 (1996).
- ⁴¹ Sm FREDERICK POLLOCK, A FIRST BOOK OF JURISPRUDENCE 178 (4th ed.1918).
- ⁴² Putt v. Roster, (1682) 2 Mod. Rep. 318; 86 E.R. 1098; *Animais*, in HALSBURY'S Leis da Austrália para. 20-10.
- ⁴³ Vallance, v. Naaykens, 104 A.C.W.S. at para. 7.
- ⁴⁴ *Id.* at para. 8
- ⁴⁵ Harry R. Bader & Greg Finstad, *Conflitos entre o gado e animais selvagens: Uma Análise dos Passivos legais decorrentes de rena e da Concorrência Caribou na península de Seward do Oeste do Alasca*, 31 ENVTL. L. 549, 558 n.76 (2001).
- ⁴⁶ Akers v. Sellers, 54 N.E.2d 779 (Ind. Ct. App. 1944).
- ⁴⁷ Putt v. Roster, (1682) 2 Mod. Rep. 318; 86 E.R. 1098; *Animais*, em HALSBURY'S Leis da Austrália para 20-10.
- ⁴⁸ Eric W. Neilsen, *Is the Law of Acquisition of Property by Find Going to the Dogs?* 15 T.M. COOLEY L. REV. 479 (1998).
- ⁴⁹ De Facto Relationships Act 1999 (Tas) § 36; De Facto Relationships Act 1996 (SA) § 5; Ato de relações domésticas 1994 (ACT) § 32; Ato de propriedade (relações). 1984 (NSW) § 44(1).
- ⁵⁰ Tasmânia, Victoria e Queensland referem-se a estes acordos como “coabitação ou acordos de separação”, o ACT & NSW os chama de “relação doméstica ou acordos rescisão”, e SA chama de “acordos de convivência”.
- ⁵¹ Van Joel v. Cole, [2000] D.F.C. para. 95-228; De Facto Relationships Act 1991 (NT) § 46(2); D. KOVACS, DE FACTO PROCEEDINGS IN AUSTRALLA, para. 7.4 (Sydney: Butterworths, 1998); De Facto Relationships Act 1999 (Tas) § 39(1); De Facto Relationships Act 1996 (SA) § 8(1); Ato de relações domésticas. 1994 (ACT) § 34; Ato de propriedade (relacionamentos). 1984 (NSW) § 49(1); Ato de propriedade legal. 1974 (Qld) § 276(l)(a).

- ⁵² De Facto Relationships Act 1991 (NT) § 46(2); KOVACS, *supra* nota 51; Ato de propriedade legal. 1974 (Qld) § 276(1)(b).
- ⁵³ Harris v. Harris, (1997) 22 Farn L R 263; KOVACS, *supra* nota 51, para. 7.14.
- ⁵⁴ De Facto Relationships Act 1999 (Tas) § 39(1); Ato de propriedade (relações) 1984 (NSW) § 49(1).
- ⁵⁵ De Facto Relationships Act 1999 (Tas) § 39(2).
- ⁵⁶ Ato de relações domésticas 1994 (ACT) § 32(2)(a) permite arranjos de separação para lidar com a guarda e o acesso das crianças.
- ⁵⁷ De Facto Relationships Act 1991 (NT) § 44(3); Ato de propriedade (relações) 1991 (NSW) § 45(2).
- ⁵⁸ MWm. STAT. §§ 513.075 & 513.076 (2001).
- ⁵⁹ 557 P.2d 106 (Cal. 1976).
- ⁶⁰ Katherine C. Gordon, *A necessidade e execução dos acordos de Coabitação. - A Pesquisa Estado*, 37 BRANDEIS L.J. 245 (1998/1999).
- ⁶¹ MINN. STAT. § 513.075 (1998) (originalmente promulgada em 1980); TEX. FAM. CODE ANN. § 1.108 (Vernon 1998). Discutido em: David Westfall, *Parceiros solteiros e o legado de Marvin Marvin v: Forçando Incidentes de Casamento em coabitantes solteiros: Princípios do instituto americano de leis da dissolução da família*, 76 NOTRE DAME L. REV. 1467, 1475-76 (2001).
- ⁶² Ato de Direito de Família (Ontario) R.S.O. 1990, c. F 3, § 53(1)(a).
- ⁶³ Ato de Direito de Família (Ontario) R.S.O. 1990, c. F 3, § 54(a); Ato de relações familiares (British Columbia) RSBC 1996, c. 128, § 120.1.
- ⁶⁴ Lei uniforme de acordo pré-nupcial (UPAA), 9B Unif. L. Annot. 363 (Supp. 2000), § 1 Definições. "Acordo pré-nupcial" e "Propriedade". Vinte e cinco estados promulgaram a UPAA.
- ⁶⁵ Lei de Propriedade Matrimonial. 1996 (British Columbia) RSBC 1996 c. 128, § 56(1)(a).
- ⁶⁶ Ato de Direito de Família (Ontario) R.S.O. 1990, c. F 3, § 56(1); DAVID KLEIN, *Prêmio de Direito de Família no Canadá*. 103-04, 209 (Toronto: Butterworths 1987).

- ⁶⁷ DeSanctis v. Pritchard, 803 A.2d 230 (Super Pa.. Ct. 2002) (em termos claros e inequívocos de acordos celebrados em conformidade com o seu divórcio, o cão, e sua agenda social pertenciam exclusivamente à mulher)
- ⁶⁸ KOVACS, *supra* nota 51, at 65 para. 7.22.
- ⁶⁹ 655 So. 2d 109 (Fla. Dist. Ct. App. 1995). *Veja também*: Casamento de Stewart, 356 N.W.2d 611 (Iowa Ct. App. 1984) (um cachorro é propriedade particular).
- ⁷⁰ *Veja e.g.*, Ballas v. Ballas, 3 Cal. Rptr. 11 (Ct. App. 1960) (mulher fez concessão quanto ao cão porque ela se importava com ele); *Em* Casamento de Tevis-Bleich, 939 P.2d 966 (Kan. Ct. App. 1997); Arrington v. Arrington, 613 S.W.2d 565 (Tex. Civ. App. 1981).
- ⁷¹ Bennett v. Bennett, 655 So. 2d 109 (Fla. Dist. Ct. App. 1995) (dog was husband's premarital property so he was awarded dog).
- ⁷² Akers v. Sellers, 54 N.E.2d 779 (Ind. Ct. App. 1944).
- ⁷³ *Id*
- ⁷⁴ *Id.* at 79 (“reconhecemos a tragédia da consignação do cachorro à esposa se, de fato, o seu amor, carinho e lealdade eram para o marido”).
- ⁷⁵ *Em*: Casamento de Stewart, 356 N.W.2d 611 (Iowa Ct. App. 1984).
- ⁷⁶ [1980] 5 A.C.W.S. (2d) 178.
- ⁷⁷ Bolan v. Bolan, 796 S.W.2d 358 (Ark. Ct. App. 1990) (esposa ganhou o gato e o marido o cão)
- ⁷⁸ *Veja* Juelfs v. Gough, 41 P.3d 593 (Alaska 2002) (um dos fatores na concessão de custódia para o marido estava alegação de que cão foi ameaçado por dois outros cachorros da mulher). *Veja também* Meehan v. Sterba, Unreported NY Sup. Ct. judgment Index no. 23168/88; A. Momjian, *A Dog of a Decision from NY Judge*, 13(11) PENN L. J. REV. 3 (1990).
- ⁷⁹ *Em* *Rogers v. Rogers*, [1980] 5 A.C.W.S. (2d) 178, o tribunal deu a guarda do cachorro à família ao marido, em parte, porque a mulher vivia em um pequeno apartamento
- ⁸⁰ Justice David B. Saxe, *Cães pegos em divórcios*, DOG WORLD, Agosto, 1989.
- ⁸¹ *Rogers v. Rogers*, [1980] 5 A.C.W.S. (2d) 178.

- ⁸² *Veja Akers v. Sellers*, 54 N.E.2d 779 (Ind. Ct. App. 1944); *Ballas v. Ballas*, 3 Cal. Rptr. 11 (Ct. App. 1960) (princípios de propriedade eram irrelevantes porque a mulher cuidava do cão); *Rogers v. Rogers*, [1980] 5 A.C.W.S. (2d) 178.
- ⁸³ *Arrington v. Arrington*, 613 S.W.2d 565, 569 (Tex. Civ. App. 1981).
- ⁸⁴ *Meehan v. Sterba*, Unreported NY Sup. Ct. julgamento Index no. 23168/88.
- ⁸⁵ *Em Torok*, [1994] 52 A.C.S.W. (3d) 258; *McLachlan v. McBride*, [1994] 52 A.C.W.S. (3d) 258
- ⁸⁶ *Id*
- ⁸⁷ *Langlois v. Langlois*, [2000] 95 A.C.W.S. (3d) 899
- ⁸⁸ Ato de Direito de Família of 1975 (Cth) § 90K; De Facto Relationships Act of 1991 (NT) § 46(2).
- ⁸⁹ Tribunais australianos podem impor ordens sobre contato e residência de direitos em relação aos animais de estimação porque: a) os animais domésticos são tratados como propriedade particular e b) os tribunais podem impor ordens sobre a distribuição de bens pessoais.
- ⁹⁰ David Favre, *Equitable Self-Ownership for Animals*, 50 DuKE L. J. 473 (Nov. 2000).
- ⁹¹ *Corso v. Crawford Dog and Cat Hosp., Inc.*, 415 N.Y.S.2d 182 (1979).
- ⁹² Para uma discussão sobre vários casos do século 19 dos EUA, em que o tribunal considerou que os escravos africanos tinham personalidade jurídica, apesar destes escravos serem seres humanos; veja A. Leon Higginbotham, Jr., *O que conversamos quando falamos sobre pessoas: A linguagem de uma ficção legal*, 114 HARV L. REV. 1745, 1750 (2001).
- ⁹³ Thomas G. Kelch, *Em direção ao status de não-propriedade dos animais*, 6 N.Y.U. ENVTL. L. J. 531, 580 (1998).
- ⁹⁴ Hague, *supra* nota 94; BuTrERwoRTms CONCISE AUSTRALIAN LEGAL DICTIONARY 334 (Dr. Peter E. Nygh & Peter Butt eds., 2d ed. 1998); DAVID MELLINKOFF, MELLINKOFF'S DICTIONARY OF AMERICAN LEGAL USAGE 479 (1992).
- ⁹⁵ MELLINKOFF, *id.* at 479; Hague, *id.*
- ⁹⁶ ButtrERWORTHS, *supra* note 94, at 334.

- ⁹⁷ *Contrato, em HALSBURY'S Leis da Austrália* para. 110-2805; Higginbotham, *supra* nota 92.
- ⁹⁸ Hague, *supra* nota 94.
- ⁹⁹ Griffiths v. Queensland Insurance, [1974] V.R. 321, 327.
- ¹⁰⁰ MELLINKOFF, *supra* nota 94.
- ¹⁰¹ D.P. Derham, *Teorias de personalidade legal, em LEGAL PERSONALITY AND POLMCAL PLURALISM* 1, 7 (L.C. Webb ed., Melbourne University Press 1958).
- ¹⁰² ALBERT KOCOUREK, *JURAL RELATIONS* 4 (2d ed. 1928).
- ¹⁰³ Derham, *supra* nota 101, at 1, 6.
- ¹⁰⁴ The Wrongs Act 1958 (Vic) §§ 16 & 17 permite o estado de uma pessoa morta processar por homicídio culposo.
- ¹⁰⁵ P. Jamieson, *O estatuto jurídico dos animais nos termos da Lei Bem-Estar Animal*, 9 ENVTL. & PLANNING L.J. 20 (1992).
- ¹⁰⁶ *Id.* at 21.
- ¹⁰⁷ Christopher D. Stone, *Devem Árvores ter legitimidade legal? Rumo aos Direitos Legais para objetos Naturais*, 45 S. CAL. L. REV. 450 (1972).
- ¹⁰⁸ Defesa Legal de Animais. Fund, Inc. v. Glickman, 154 F.3d 426 (D.C. Cir. 1998).
- ¹⁰⁹ Fiona M. St. John-Parsons, *Quatro pernas bom, duas pernas ruim: a questão de manter-se em pé. Em: Defesa Legal de animais Fund, Inc. v. Glickman e as implicações para o direito dos animais à liberdade de movimento*. 65 BROOK. L. REV. 895 (1999).
- ¹¹⁰ Kelch, *supra* nota 93, at 583.
- ¹¹¹ St John-Parsons, *supra* nota 109, at 931.
- ¹¹² Kelch, *supra* nota 93.
- ¹¹³ Gary L. Francione, *Introdução: Animais como propriedade, in 2 ANIMAL LAW* i, n.1 1 (contando com as opiniões de Robert Ryder neste contexto).
- ¹¹⁴ Entre os critérios necessários para o reconhecimento da personalidade jurídica é a capacidade de processar e ser processado. Lanham Act of 1946 (USA) § 45.

- ¹¹⁵ Pessoas jurídicas como unidades econômicas devem ser financeiramente capazes de serem processadas.
- ¹¹⁶ Se uma pessoa jurídica é permitida a liberdade de poder agir judicialmente contra outras pessoas jurídicas, então é justo que a mesma pessoa deve ser capaz de ser processada quando não cumprir as suas obrigações legais de outras pessoas jurídicas.
- ¹¹⁷ Ato de Direito de Família de 1975 (Cth) § 68L.
- ¹¹⁸ Ato de Tutela e Administração de 1987 (Vic) Parts IV & V.
- ¹¹⁹ Na decisão da Suprema Corte canadense do Rei Lei v. [1985] 1 SCR 87, McIntyre, a Justiça decidiu (p. 587-88) que o melhor interesse da criança “não será determinado apenas em função do conforto físico e material de vantagens que podem estar disponíveis na casa de um parceiro; o bem-estar da criança deve ser decidido em uma consideração sobre estes e outros fatores, incluindo o bem-estar psicológico, espiritual e emocional da criança”.
- ¹²⁰ Em *Turner v. Pannick*, 540 P.2d 1051, 1053 (Alaska 1975), o tribunal decidiu que “o melhor interesse da criança” em uma disputa da custódia incluídos fatores como “a aptidão moral dos dois partidos, [o] ambiente doméstico oferecido pelas partes, o laço emocional da criança com as partes, o laço emocional das partes com relação à criança, o sexo, idade ou saúde da criança, e a preferência da criança. 121. Ato de Direito de Família 1975 (Cth) § 68F(2)(d).
- ¹²¹ Id
- ¹²² Ato de Direito de Família 1975 (Cth) § 68F(2)(e).
- ¹²³ Ato de Direito de Família 1975 (Cth) § 68F(2)(g).
- ¹²⁴ Ato de Direito de Família 1975 (Cth) § 68F(2)(h).
- ¹²⁵ *Em Torok*, [1994] 52 A.C.S.W. (3d) 258.

Recebido em: 28/11/2011.

Aprovado em: 02/02/2012.